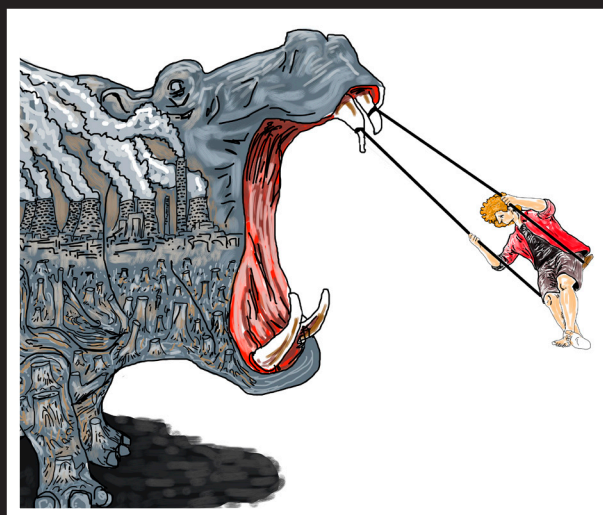


# DINÁMICAS URBANAS Y EXCLUSIÓN SOCIAL

Brady Izquierdo  
[@bradityn](https://twitter.com/bradityn)



*Revista Latinoamericana de Estudiantes de Geografía*

ISSN: 0718-770X · No. 8 · Diciembre de 2021

<http://releg.org/>

## **Da espoliação à autofagia urbana: espaço, vida e morte nas metrópoles brasileiras**

De la expoliación a la autofagia urbana: espacio, vida e muerte en las metrópolis brasileñas

**Vicente Brêtas**

*Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil*

[vicente.bretas@gmail.com](mailto:vicente.bretas@gmail.com)

Recibido: 20/05/21. Aprobado: 19/09/21. Publicado (en línea): 31/12/2021.

### **RESUMO**

Este ensaio busca delinear, a partir do conceito de espoliação urbana como elaborado por Kowarick (1979), uma leitura das dinâmicas que caracterizam as metrópoles brasileiras na contemporaneidade. Propõe a noção de fagocitose urbana com a intenção de sublinhar que a cidade no Brasil se reproduz por meio do sacrifício de parte da população que, mesmo tendo papel central na garantia da acumulação, é impossibilitada de aceder a níveis satisfatórios de subsistência. Neste sentido, conclui-se que a urbanização é um movimento que regula, simultaneamente, a acumulação e a população. Trata-se, portanto, de evidenciar o conteúdo bio/necropolítico da urbanização em sua profunda associação com a modalidade periférica de capitalismo, bem como compreender o papel do espaço nesta relação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Urbanização; poder; espoliação; espaço.

### **RESUMEN**

Este ensayo busca esbozar, desde el concepto de expoliación urbana elaborado por Kowarick (1979), una lectura de las dinámicas que caracterizan las metrópolis brasileñas en la época contemporánea. Propone la noción de fagocitosis urbana con la intención de subrayar el hecho de que la ciudad en Brasil se reproduce a través del sacrificio de parte de la población que, a pesar de tener un papel central en garantizar la acumulación, no puede acceder a niveles satisfactorios de subsistencia. En este sentido, concluimos que la urbanización regula simultáneamente la acumulación y la población. Se trata, por tanto, de resaltar el contenido bio/necropolítico de la urbanización en el país en su profunda asociación con la modalidad periférica del capitalismo, así como comprender el papel del espacio en esta relación.

**PALABRAS CLAVE:** Uurbanización; poder; expoliacion; espacio.

**Autofagia** s.f. **1.** Nutrição ou sustento de um organismo à custa de sua própria substância. **2.** *Citologia*. Digestão de componentes celulares e organelas velhas ou danificadas pelos lisossomos da própria célula. **3.** *Figurado*. Ato de consumir-se, autodevo- rar-se (Ferreira, 2014 ).

## INTRODUÇÃO

O presente ensaio se propõe, a partir de uma articulação entre perspectivas conceituais heterogêneas, a esboçar uma abordagem teórica para enquadrar o conteúdo espacial das desigualdades que caracterizam a estrutura metropolitana brasileira.

Parte-se de um debate acerca do conceito de espoliação urbana, elaborado por Lúcio Kowarick em fins da década de 70. No contexto das transformações políticas e econômicas desencadeados pelo desenvolvimentismo autoritário da ditadura militar, Kowarick trouxe à luz, a partir de um enfoque marxista, a íntima relação existente entre acumulação capitalista e empobrecimento, relação esta que é gestada no âmbito do trabalho e mediada no cotidiano das cidades (KOWARICK, 1979).

Enfatiza-se que a noção de espoliação urbana representou grande avanço teórico no campo dos Estudos Urbanos do país, pois permitiu que as condições precárias de habitação, saneamento e transporte que caracterizam o dia-a-dia de grande

parte dos trabalhadores urbanos no Brasil pudessem ser compreendidas não como simples desequilíbrio ou estágio transitório do desenvolvimento econômico nacional, mas como expressão de um modelo de crescimento no qual o empobrecimento de parte significativa da população tem valor funcional indispensável.

A segunda seção “Os laços entre espaço, capital e (bio)poder: a autofagia urbana em questão” se propõe a explorar caminhos teóricos complementares no intuito de conferir certo grau de densidade espacial ao conceito de espoliação urbana. Por meio de um conjunto de referências diversos em relação à inspiração marxista de Kowarick, com destaque para Michel Foucault (1988; 2006), Andrea Cavalletti (2011), Rogério Haesbaert (2002; 2014) e Achille Mbembe (2018; 2019), busca-se demonstrar que a cidade não é simplesmente retrato de contradições de ordem estrutural, mas é, mais do que isso, um circuito no qual acumulação e população podem ser mutuamente regulados.

A partir destas considerações, a noção de autofagia urbana é delineada no intuito de iluminar um princípio que tem sido historicamente atualizado nas metrópoles brasileiras: o “sacrifício” do trabalhador urbano em nome da reprodução do sistema de acumulação capitalista, processo esse que não ocorre simplesmente *na* cidade, mas sim *através* dela. Significa dizer que a estruturação do espaço tem papel central no direcionamento dos processos sociais.

## **A ESPOLIAÇÃO URBANA: UM PONTO DE PARTIDA**

No final da década de 70, o sociólogo brasileiro Lúcio Kowarick publicou uma obra seminal que, baseada em processos verificados na metrópole de São Paulo — mas não certamente restritos a ela — viria a influenciar profundamente o campo dos estudos urbanos do país nas décadas seguintes: a tese central de “A Espoliação Urbana” (1979) postula que, historicamente, o modelo de crescimento econômico no Brasil se baseia na progressiva dilapidação das condições de reprodução da força de trabalho. Essa associação entre acumulação e empobrecimento, além de garantir o acúmulo de riquezas por parcelas restritas da sociedade, teria sido responsável por forjar modalidades de fragilização social operadas no próprio cotidiano da cidade, originando as precárias condições de existência às quais grande parte da classe trabalhadora urbana é submetida.

O livro é, na realidade, um compilado de textos escritos por Kowarick entre 1973 e 1979, durante a Ditadura Militar. Deve ser, desta forma, compreendido a partir do contexto histórico — e intelectual — sobre o qual se ancora. Na esteira do chamado “milagre brasileiro”, o intenso desenvolvimento industrial e econômico posto em marcha pelo autoritarismo militar propalou ajustes estruturais que passaram a reorganizar o corpo social do país. Surgiam, assim, novas contradições nos centros urbanos, cuja estrutura espacial foi profundamente trans-

formada. Debruçados sobre esta gama de processos, um campo pioneiro de estudiosos (nos referimos aqui a nomes como Chico de Oliveira, Paul Singer e Fernando Henrique Cardoso, só para citar alguns) buscou analisar e compreender os paradoxos da nova modalidade de urbanização que se delineava, auxiliando na construção daquilo que Pedro Arantes (2009) define como uma teoria crítica do urbano na periferia do capitalismo.

Neste contexto, a originalidade da contribuição de Kowarick é a identificação, por detrás da aparentemente desordenada urbanização brasileira, de uma lógica dissimulada que se revela instrumental para a potencialização da acumulação de capital (MARQUES E BICHIR, 2001). No cerne dessa lógica da desordem, se encontram as relações contraditórias entre trabalho, renda e cidadania. Se, nos países do capitalismo central, a pressão política exercida por organizações sindicais foi capaz, especialmente no pós-guerra, de equacionar salários e custos de reprodução da vida (moradia, alimentação, transporte, etc) em um contexto de “liberalismo incrustado” (BRENNER ET AL, 2010), no Brasil o projeto desenvolvimentista — especialmente quando capitaneado pelos militares — teve como base o binômio crescimento-pauperização. A intensa expansão industrial e econômica verificada entre as décadas de 50 e 70 não se traduziu em melhorias para a crescente classe trabalhadora urbana (KOWARICK, 1979 pg. 24), dando origem ao que Maricato (1996) definiu como uma urbanização com baixos salários.

Entre 1968 e 1973, período do “milagre” econômico, o PIB brasileiro cresceu, em média, 11% ao ano (BARONE et al, 2017). As taxas elevadas de crescimento verificadas no país neste período, no entanto, foram acompanhadas de rígidas políticas de controle salarial e tendências de aprofundamento da concentração de renda: em 1960, ao 1% mais rico da população correspondiam cerca de 11,9% do total da renda nacional. Tal relação aumentou para 14,7% em 1970 e, então, 16,9% em 1980; a participação dos 50% mais pobres, por sua vez, despencou de 17,4% para 14,9% e 12,6% no mesmo período (CANO, 2004).

O intenso êxodo rural que alterou o perfil das metrópoles brasileiras neste período saturou os centros urbanos com mão de obra não-especializada, o que, por sua vez, potencializou a exploração dos trabalhadores empregados nas fábricas e plantas (já que estes poderiam ser rapidamente substituídos quando sua produtividade caísse). Especialmente após o golpe de 1964, a ação do Estado, centrada na tutela e na supressão das demandas populares, foi essencial para conter iniciativas reivindicatórias. Para Kowarick, é justamente na exploração realizada no âmbito das relações de trabalho que se encontra a raiz das dinâmicas de espoliação urbana, definidas por ele como “o somatório de extorsões” que se expressa na “inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como necessários em relação aos níveis de subsistência” (KOWARICK, 1979, pg. 59).

As questões da habitação e da mobilida-

de surgem, aqui, como elementos centrais. Sobre a primeira, é importante frisar que a fundação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) pelos militares serviu mais para modernizar as condições de moradia das classes médias do que para financiar habitação para trabalhadores pobres: entre 1964 e 1985, apenas 6,4% de todos os recursos mobilizados pelo SFH foram direcionados para famílias com renda abaixo de 3,5 salários mínimos (CALDEIRA, 2002). Na cidade de São Paulo, entre 1970 e 1974, 63% das unidades lançadas com financiamento desses órgãos eram voltadas para os mercados médios, ao passo que os mercados populares representavam apenas 12% do montante total (ROLNIK ET AL, 1990).

Se o Estado não garante financiamento e se os custos relativos à habitação não são cobertos pelos salários, a autoconstrução da moradia se torna a única alternativa viável para parte significativa da mão de obra urbana brasileira. Em função da hipervalorização do solo em áreas providas de infraestrutura e postos de emprego formal, reservadas para as classes médias e altas, as periferias e favelas surgem enquanto locus desta prática. A casa construída através do esforço da mão de obra não especializada, por meio de técnicas e materiais muitas vezes improvisados, não deve ser entendida, conforme nos lembra Kowarick, como simples opção de poupança, mas, antes, como uma solução de subsistência frente à progressiva fragilização realizada no âmbito das relações laborais. Sendo erigida através do sobretrabalho (ou seja, não re-

munerado), comumente durante os (raros) momentos de folga, a autoconstrução da moradia popular demonstra seu valor instrumental à manutenção da ordem na metrópole capitalista por diminuir os custos de reprodução da mão de obra via salário. Se nem empregadores nem o Estado arcam com as despesas relativas à habitação das classes populares, compatibiliza-se “uma alta taxa de acumulação com salários crescentemente deteriorados”, exacerbando ainda mais a precarização das condições de trabalho (e de existência urbana) (KOWARICK, 1979 p. 61).

Passaram a surgir, deste modo, “desbravados” por loteadores clandestinos, bairros cada vez mais distantes e menos providos de equipamentos e serviços coletivos, marcados pela informalidade habitacional, pela precariedade urbanística e pela ambiguidade legal. Por elas serem, via de regra, afastadas das áreas concentradoras de emprego, os residentes das periferias metropolitanas são obrigados a realizar deslocamentos cada vez mais longos e, conseqüentemente, de maior impacto no orçamento familiar, rebaixando ainda mais a renda.

Daí a importância do segundo ponto, a mobilidade, nas dinâmicas de espoliação urbana: a rotina nos sistemas metropolitanos de transporte coletivo incrementa o processo de dilapidação da mão de obra que necessita dele para transitar. Tarifas abusivas, engarrafamentos, atrasos e aglomerações caracterizam os fluxos diários entre casa e trabalho. Afirma Kowarick (1976, p. 36) que o trabalhador urbano pobre, as-

similado a uma inescapável engrenagem econômica, “deve sujeitar-se a um tempo de fadiga que constitui um fator adicional no esgotamento daquilo que ele tem a oferecer: sua força de trabalho”.

A partir do exposto, entende-se que a metrópole surge em “A Espoliação Urbana” enquanto condensação de assimetrias sociais determinadas pela modalidade marginal de acumulação capitalista verificada no Brasil. Assim, o padrão de urbanização que opõe centro e periferia seria expressão espacial do desenvolvimento das forças de classe durante a segunda metade do século XX — um proletariado crescente, uma elite cada vez mais rica e uma classe média em consolidação, cada qual devidamente situada no espaço.

Ou seja, a cidade seria simples rebatimento de dinâmicas de ordem estrutural, um reflexo de processos alheios e externos ao espaço em si — uma “concretude de ordem socioeconômica”, como sintetiza Pedro Arantes (2009, pg. 117). Pode-se dizer, aparenta-nos, que o argumento de Kowarick vê o espaço como um sistema fechado (MASSEY, 2005), cujos componentes se entrelaçam de maneira quase que hermética. Tal perspectiva desconsidera o espaço em sua complexidade relacional, ou seja, enquanto sistema aberto, parte integrante (portanto simultaneamente produto e produtor) dos processos sociais (HARVEY, 2012).

Na realidade, a análise de Kowarick não é tanto um estudo de cunho espacial quanto uma reflexão acerca das relações de trabalho

em uma sociedade em transformação. Como assinala Arantes (2009), tal fato não constitui um demérito à sua obra mas é, antes, expressão dos contextos histórico e intelectual anteriormente abordados. Lembremos, primeiramente, que na década de 70 as categorias conceituais críticas acerca do fenômeno urbano propriamente dito ainda estavam em fase inicial de elaboração. Em segundo lugar, o eixo orientador das pesquisas de Kowarick (a exemplo de tantas outras na época) se relacionava ao surgimento de uma nova entidade política (o trabalhador das periferias) e à superação prática do “atraso” por meio da ação organizada de movimentos sociais urbanos. Tal “disposição propositiva” parece ter levado, a despeito de sua importância nos esforços em prol da redemocratização, a um caminho teórico um tanto quanto unidimensional, no qual a espacialidade do social se postava como “ponto cego” (ARANTES, 2009 pg. 26).

Desta forma, indagamo-nos: de que maneira uma dimensão espacial mais aprofundada pode ser efetivamente integrada ao conceito da espoliação urbana? Em outras palavras, como incorporar *densidade geográfica* à noção de espoliação urbana? Tais indagações, claro, não poderão ser devidamente respondidas neste ensaio, posto que trata-se de um debate complexo que deve ser condensado em algumas poucas páginas. Mas buscaremos, a partir de considerações advindas de abordagens teóricas heterogêneas em relação ao marxismo de Kowarick, identificar pontos de articulação e complementaridade, tratando de

algumas questões que podem vir a apontar caminhos interessantes para o estudo dos elos que atrelam espaço, capital e poder.

### **OS LAÇOS ENTRE ESPAÇO, CAPITAL E (BIO)PODER: A AUTOFAGIA URBANA EM QUESTÃO**

Haesbaert (2002) nos lembra que o espaço é, simultaneamente, testemunha e veículo dos processos sociais. Testemunha por constituir-se como uma espécie de registo dinâmico das forças que moldam sua materialidade; veículo por ser ele, espaço, o canal através do qual tais forças circulam, de forma que arranjos espaciais específicos tem a capacidade de intensificar e amortecer, direcionar e conter os processos sociais. O espaço, portanto, não é apenas a dimensão do rebatimento de dinâmicas externas que simplesmente agem sobre ele. Constitui, mais que isso, o circuito condutor dessas próprias dinâmicas.

A investigação geográfica deve, assim, reconhecer a profunda co-implicação existente entre espaço e poder, notada por Cavalletti (2010) ao retomar a máxima schmittiana segundo a qual “não existem idéias políticas sem um espaço ao qual sejam referíveis, nem espaços ou princípios espaciais aos quais não correspondam idéias políticas”. Tomemos o processo de urbanização, portanto, não como simples expressão/rebatimento das forças produtivas no território mas, antes, como a composição de um circuito específico através do qual

um sistema de poder pode ser efetivamente constituído. A partir daí, a cidade se revela como unidade moduladora de uma série de dispositivos, técnicas e procedimentos de poder que se articulam em sistema social específico — no caso brasileiro, o capitalismo dependente. Este é um fato importante ao qual retornaremos a seguir.

Em “A Vontade de Saber”, Michel Foucault (1988) identifica duas modalidades de poder surgidas em meados dos séculos XVII e XVIII. A primeira delas, chamada de disciplinar, permitiu o desenvolvimento do controle pormenorizado e individualizado dos corpos através de um princípio espacial (e temporal) demarcado: seu isolamento e distribuição racionalizados dentro das chamadas instituições de sequestro. Escolas, prisões, quartéis, hospitais e fábricas constituem a rede disciplinar através da qual o corpo pôde ser historicamente docilizado e ajustado às demandas do mundo do trabalho capitalista moderno.

Já a segunda modalidade, o biopoder, deslocou o axioma da soberania antiga, baseada no direito de “deixar viver e fazer morrer”. Nas palavras de Foucault, já não se trata tanto de “pôr a morte em ação (...), mas de distribuir a vida em um domínio de valor e utilidade” (1988, pg. 134), de forma que este novo poder é definido como a faculdade de “fazer viver e deixar morrer”. Aqui, o objeto/alvo do poder não mais é o súdito ou o povo (conceitos abstratos e de procedência divina, advindos de uma ordem antiga), nem simplesmente o corpo-máquina da disciplina, mas sim

a massa humana enquanto conjunto biológico coeso, ou seja, enquanto espécie. A noção de *população* surge, neste contexto, como o dado econômico-político e objetivo e cientificamente embasado que fundamenta a ação do Estado, dado este “regulável através da estatística, observável através das tabelas demográficas e governável através da gestão das condições de vida (habitat, higiene...)” (CAVALETTI, 2010, pg. 17). Mas, ao distribuir a vida em um domínio de valores, o biopoder também age no sentido de estabelecer cesuras e descontinuidades na unidade biológica que é a espécie humana, originando as classificações e distinções que definem os limites entre as vidas que serão valorizadas e aquelas que serão abandonadas à própria sorte.

O conceito de população fornece a chave para compreender a espacialidade do biopoder. Governar a massa vivente, suas flutuações e seus movimentos, implica a inserção de um grande conjunto de variáveis nas equações do poder. Natalidade e mortalidade são os exemplos mais claros, mas podemos citar também índices como criminalidade, desemprego, escolaridade e tantos outros dados que influenciam as dinâmicas demográficas. A biopolítica trata-se, então, da arte de regular tais variáveis tendo em vista a fixação de médias consideradas aceitáveis para o pleno funcionamento da ordem social e econômica (FOUCAULT, 2006) — ou seja, não se trata de eliminar as mazelas sociais, mas sim de manter seus efeitos circunscritos a níveis toleráveis.



E se o espaço é o elemento através do qual tal regulação é exercida, devemos tomar os signos espaciais — da rua à própria casa — como marcos condicionantes do macroorganismo dinâmico e fragmentado que é a população (CAVALETTI, 2010, pg. 18). Interessantemente, Foucault define esse espaço regulador como meio: o meio é o campo de intervenção por excelência do biopoder, no qual se produz um circuito ressonante de causas e efeitos que condicionam a existência daqueles que nele vivem e se reproduzem.

A regulação do meio trata de “organizar a circulação, suprimir seus aspectos perigosos, distinguir a boa circulação da má, maximizar a primeira e reduzir a segunda”. (FOUCAULT, 2006, pg. 40). No contexto da regulação biopolítica, a vida se torna algo a ser calculado, recombinação e instrumentalizado tendo em vista um fim específico (MBEMBE, 2019), ou seja, o desenvolvimento das forças capitalistas.

Retornemos à afirmação de que a cidade é unidade moduladora de dispositivos e procedimentos de poder. Agora podemos reconhecer no espaço urbano o meio biopolítico no qual a regulação da vida é exercida com maior minúcia em função da densidade de recursos e dispositivos técnicos e simbólicos. Segundo Foucault, o próprio capitalismo não poderia ter se afirmado enquanto ordem dominante sem o “ajuste dos fenômenos populacionais aos processos econômicos” (1988, pg. 131), de modo modo que a urbanização capitalista e a urbanização biopolítica constituem, na

realidade, um sistema espacial imbricado que deve ser analisado em associação.

Ter em mente esta contiguidade entre capital e biopoder permite-nos retornar ao conceito de espoliação urbana com maior grau de sensibilidade espacial. Jaime Osório (2006) entende a venda da força de trabalho como um dado paradoxal no sentido de que é impossível separar aquilo que se vende (isto é, as capacidades físicas e criativas do trabalhador) da própria existência de seu proprietário. Não há distinção ontológica, aponta o autor, entre os dois. Assim, aquele que compra a força de trabalho — o capitalista — adquire, efetivamente, as bases materiais do trabalhador enquanto ser vivo. Esta particular relação mercantil envolve mais que simplesmente a troca de valores e produtos, pois o que é negociado é uma corporeidade viva. A partir daí, delinea-se um sistema de controle que se encadeia de forma multiescalar, indo da dimensão do corpo-indivíduo à massa populacional que é a classe trabalhadora, e vice-versa.

Além disso, o capitalismo fagocita e mercantiliza elementos basilares como moradia e alimentação. Não apenas fatores centrais ao exercício da cidadania em uma sociedade pretensamente democrática, estes elementos são essenciais à própria reprodução da vida enquanto manifestação de uma infinidade de processos metabólicos conjugados, ou seja, biológicos. Supõe-se, desta maneira, que o salário deveria servir para cobrir os custos relativos a estes fatores, possibilitando que o trabalhador

recomponha suas energias vitais para que possa retomar o ciclo de geração de lucro. Mas, como Kowarick nos lembra, não é exatamente isso que ocorre no capitalismo dependente: o incremento populacional verificado nas metrópoles brasileiras a partir da segunda metade do século XX permitiu a compatibilização entre altas taxas de acumulação e salários crescentemente deteriorados (KOWARICK, 1979, pg. 61).

Desta maneira, no Brasil, a contínua dilapidação da força de trabalho urbana é expressão patente de um princípio espacial que distribui a vida em um domínio de valor. Tal dilapidação, efetivada no cotidiano urbano, impede que parte significativa dos habitantes das metrópoles aceda a níveis minimamente aceitáveis de subsistência. A diferenciação socioespacial metropolitana, verificada na inexistência/precariedade de serviços coletivos nas periferias e favelas (esgotamento, eletricidade, transportes, etc), conduz à existência de duas modalidades diferentes de enquadramento da vida nos espaços metropolitanos do Brasil. Tais contrastes foram identificados por Kowarick já na década de 70, mas são, ainda hoje, elemento característico da estrutura metropolitana brasileira.

Isso se verifica nas diferenças abismais em indicadores de qualidade de vida em distâncias relativamente pequenas nas nossas cidades. Em São Paulo, por exemplo, a expectativa de vida média dos moradores do distrito de Jardim Paulista, área nobre da cidade, chegava aos 81 anos de idade em 2019, ao passo que no Jardim Ângela, a

cerca de 20 quilômetros de distância, esse número era de 58 anos<sup>1</sup>. O caso do Rio de Janeiro é ainda mais patente: segundo dados de 2018, os moradores do tradicional bairro de Ipanema viviam, em média, 29 anos a mais que os moradores da favela da Rocinha, a menos de 10 quilômetros de distância<sup>2</sup>.

As diferenças são também profundas quando comparamos as taxas de mortalidade infantil para diferentes bairros das duas maiores cidades brasileiras. Em São Paulo, por exemplo, os distritos de Jardim Paulista, Moema e Alto de Pinheiros apresentavam, em 2017, as menores taxas de morte de crianças de menos de um ano para cada mil nascimentos (1,3/100 hab, 2,5/1000 hab e 3,2/1000 hab, respectivamente); os índices mais altos se encontram nos distritos populares de Socorro (19,1), Bras (19,5) e São Miguel (20,3)<sup>3</sup>. Já no Rio de Janeiro, no ano de 2020, as taxas de mortalidade infantil nos bairros populares de Santo Cristo (24,5), Cordovil (25,9) e Vaz Lobo (29) se destacaram, principalmente se comparadas às de bairros como Flamengo (2,7), Botafogo (1,5) e Laranjeiras (3,2)<sup>4</sup>.

Essas disparidades mórbidas são resultantes do “somatório de extorsões” (KOWARICK, 1979, pg. 56) ao qual os trabalhadores urbanos são expostos ao longo de suas vidas. Disparidades nas condições

<sup>1</sup> Rede Nossa São Paulo: Mapa da Desigualdade (2020).

<sup>2</sup> Casa Fluminense: Mapa da Desigualdade - Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2020)

<sup>3</sup> Rede Nossa São Paulo: Mapa da Desigualdade (2020)

<sup>4</sup> Secretaria Municipal de Saúde do Município do Rio de Janeiro (2021)

de acesso à habitação, saneamento, trabalho (formal e bem remunerado) e saúde não são simplesmente espacialmente expressas, mas são, antes, espacialmente constituídas.

Assim, nas metrópoles brasileiras, a biopolítica de Foucault articula-se dialeticamente à necropolítica de Achille Mbembe (2018), gerando um mosaico espacial desigual e contrastante que comporta, de um lado, a vida que será protegida e assegurada pelos mecanismos regulatórios do poder, e de outro, aquela que será abandonada à própria sorte, uma existência infra-humana (OSÓRIO, 2006) cuja única serventia, na perspectiva dominante, é o movimento das engrenagens da acumulação. Entre as duas, um sistema de poder que as atrela em um circuito unificado (a metrópole) ao mesmo tempo em que as aparta a partir de procedimentos e classificações espaciais (que estão no cerne das diferenciações em índices de expectativa de vida e mortalidade infantil expostos acima).

Paradoxalmente, é sobre o trabalho dessa população infra-humana, moradora de favelas e periferias urbanas, que se baseia o modelo de desenvolvimento no capitalismo dependente. Em outras palavras, o custo de um crescimento econômico que beneficia a poucos é a vida de parcela significativa de nossa classe trabalhadora, e a metrópole é a máquina que opera essa lógica do sacrifício. Neste sentido, pode-se falar em uma geografia sacrificial que anima e modula o cotidiano das metrópoles brasileiras, atrelando a estabilização da ordem societária

capitalista à regulação do meio biopolítico e associando espaço, população, vida e morte.

Em poucos momentos de nossa história essa relação se demonstrou de maneira mais clara do que no contexto da pandemia do SARS-CoV-2, que chegou ao país em março de 2020. Uma comparação entre o número de desligamentos por morte no país, por ocupação, demonstra, por exemplo, que os trabalhadores do comércio varejista tiveram cerca de 31% de mortes em excesso no período de janeiro/fevereiro de 2021 quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Entre os motoristas de ônibus, o excesso de mortes atingiu o patamar de 62%; entre os operadores de caixa de supermercado, chegou a 67%; entre os trabalhadores de postos de gasolina, 68% (SOARES, 2021). Ao contrário das classes médias, que puderam se proteger dos efeitos do contágio em função da modalidade remota de trabalho, os trabalhadores dos setores populares permaneceram atrelados ao cotidiano exaustivo das cidades, agora com o agravante mortal do avanço da pandemia (BRÊTAS, 2020).

A metrópole brasileira é, neste sentido, autofágica. Seu padrão de desenvolvimento e organização envolve a distribuição desigual do direito à vida dentro da massa que nela habita, trabalha, circula e se reproduz. Sua constituição enquanto sistema se define pela contínua atualização das formas e tecnologias de exploração, fragilização e violação de grupos sociais específicos. Na marcha da urbanização, os pobres são con-

sumidos, sua energia vital transformada em alimento para a máquina de geração de mais-valia que é a metrópole.

A autofagia é uma alegoria efetiva para determinar os fenômenos sobre os quais estamos nos detendo. Nas ciências biológicas, o termo é utilizado para aludir ao processo através do qual as células consomem parte de seus próprios componentes com a finalidade de atingir a homeostase, ou seja, um estado de equilíbrio metabólico. Em síntese, trata-se de um processo de autocanibalização que garante o pleno funcionamento das funções celulares (RABINOWITZ e WHITE, 2010).

Parece-nos que o princípio da urbanização espoliativa proposto por Kowarick pode ser aprofundado a partir da metáfora da autofagia. Isso porque a cidade consome a energia vital de parcela da população ao mesmo tempo em que se aproveita desta mesma energia vital para reproduzir-se. Não se trata de afirmar que essa dinâmica é um fenômeno orgânico, ou seja, “natural” da sociedade brasileira. O intuito, aqui, é justamente o de identificar e compreender os nexos que atrelam biopoder e capitalismo no desenvolvimento do espaço urbano no Brasil. E esses nexos são geográficos e históricos, bem como políticos.

Os elementos que distinguem as vidas que serão asseguradas daquelas que serão sacrificadas na cidade autofágica são os cortes de classe e raça. Não há procedência ou antecedência de uma dimensão sobre a outra: no Brasil (e na América Latina em geral), raça e classe são dados mutuamente

constituídos ao longo da história colonial de nossa sociedade. Não é mera coincidência, afinal, o fato de parcela significativa da população periférica e favelada das metrópoles brasileiras ser composta por trabalhadoras e trabalhadores negros, em grande parte relegados a condições praticamente inumanas de habitação, saneamento, saúde e mobilidade.

A mecânica por trás da regulação do meio biopolítico que é a cidade autofágica pode ser sintetizada por aquilo que Achille Mbembe define como dialética do entrelaço e da separação (MBEMBE, 2019). Se, por um lado, enquanto seres vivos, nos encontramos todos entrelaçados em uma única unidade (a espécie humana), por outro lado, esta unidade tem sido paulatinamente desagregada por dinâmicas que produzem a fragmentação do corpo social. Ao entrelaço que define nossa condição humana, somam-se as forças que conduzem à separação.

Simultaneamente, o espaço tende, em nossos tempos, a ser encarado como dimensão da conectividade, do movimento e da coexistência. Mas na contemporaneidade, o espaço tem sido cada vez mais marcado por descontinuidades e fracionamentos, contrastes e divisões que se relevam especialmente patentes nos espaços metropolitanos. E tal separação é efetivada por meio de práticas diversas de seleção, restrição, contenção, isolamento, segmentação, expulsão e canalização (HAESBAERT, 2014).

Para Mbembe o objetivo das técnicas de separação é o controle absoluto dos mo-

vimentos, que se exerce “acelerando aqui, desacelerando ali e, no processo, ordenando, categorizando e classificando as pessoas com a finalidade de selecionar e identificar quem é quem” (MBEMBE, 2019, pg. 9). Daí decorre que as desigualdades socioespaciais nas metrópoles brasileiras devem ser continuamente atualizadas e requalificadas, pois são justamente elas que repousam no cerne da lógica de massacre que caracteriza a marcha histórica de nossa sociedade.

## CONCLUSÃO: UMA CONDENSAÇÃO DO DEBATE

Neste breve ensaio, buscamos sublinhar o fato de que o espaço urbano não é mero reflexo ou subproduto do movimento das forças de produção, mas, antes, elemento constituinte e condicionante das relações sociais articuladas em um âmbito de regulação bio/necropolítico. A urbanização do território atrela a acumulação de capital e a gestão diferencial da vida. Isso se demonstra no contraste verificados no espaço metropolitano: de um lado, as áreas devidamente cobertas por equipamentos de suporte à reprodução social constituem o domínio das populações cuja vida é protegida, assegurada e potencializada; de outro, as periferias e favelas enquanto lócus da vida tida como infra-humana, áreas nas quais a ausência dos serviços coletivos condiciona uma existência marcada pela carência generalizada.

E são justamente as periferias e favelas que abrigam parte considerável de nossa

classe trabalhadora, relegada a uma existência paradoxal — simultaneamente força motriz por trás das engrenagens da acumulação e principal receptáculo de seus efeitos deletérios. Se isso era verdade na década de 70, quando Kowarick conceituou a espoliação urbana, segue sendo até os dias atuais.

Este contraste não é um distúrbio ou anomalia de nossa sociedade, muito pelo contrário. A distribuição desigual do direito à vida embasa e informa as relações contraditórias entre capital e trabalho no seio da sociedade brasileira. É a partir desta distribuição desigual que se possibilita a formação de uma classe trabalhadora sujeita a explorações de caráter multiescalar (posto que os dispositivos de poder transitam e operam desde a escala do corpo à escala da população), pauperizada e, em suma, espoliada. Ou seja, nos referimos a uma dinâmica fundamental plenamente funcional ao modelo de desenvolvimento que define o processo histórico de constituição de nosso país (e da estrutura espacial de nossas cidades).

Na cidade autofágica, o capitalismo dependente encontra seu *meio* de efetivação. Ambos se produzem mutuamente, nutrindo-se e sustentando-se a partir da corporeidade viva do trabalhador urbano. Ao autodevorar-se, a metrópole brasileira cria, paradoxalmente, as condições para sua própria reprodução.



## LITERATURA CITADA

- ARANTES, Pedro Fiori. Em busca do urbano: marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 83, p. 103-127, mar., 2009.
- BARONE, Ricardo Strazzacappa; ZAHLUT, Pedro Paulo Bastos; MATTOS, Fernando Augusto Mansor. Capital humano ou capitalismo selvagem? um balanço da controvérsia sobre distribuição de renda durante o milagre brasileiro. *Revista de Economia Contemporânea*, n. 21, v. 3, p. 1-25, 2017.
- BRÊTAS, Vicente. Pensando a cidade pós-pandêmica. *Ensaios de Geografia*, n. 5, v. 9, p. 168-173, 2020.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora Edusp, 2000.
- CANO, Wilson. Milagre brasileiro: antecedentes e principais consequências econômicas. In: FICO, Carlos (org). *1964-2004, 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil: anais do seminário, UFRJ, UFF, CPDOC, APERJ*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2004.
- CASA FLUMINENSE. *Mapa da desigualdade - Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: [https://www.casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2020/07/mapa-da-desigualdade-2020-final\\_compressed.pdf](https://www.casafluminense.org.br/wp-content/uploads/2020/07/mapa-da-desigualdade-2020-final_compressed.pdf) Acesso em: 26 set. 2021.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Curitiba: Ed. Positivo, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. *Seguridad, territorio y población: curso en el Collège de France (1977-1978)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. Contenção territorial: “campos” e novos muros. *Boletín de Estudios Geográficos*, n. 102, p. 25-45, 2014.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. São Paulo: Editora Contexto, 2002.
- HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. *GEOgraphia*, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARICATO, Hermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARQUES, Eduardo; BICHIR, Renata. Investimentos públicos, infra-estrutura urbana e produção da periferia em São Paulo, *Espaço & Debates*, v. 27, n. 42, p. 9-30, 2001.
- MASSEY, Doreen. *For space*. London: Sage Publications, 2005.
- MBEMBE, Achille. Bodies as borders. *European South Journal*, n. 4, p. 5-18, 2019.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

RABINOWITZ, Joshua; WHITE, Eileen. Autophagy and metabolism. *Science*, v. 330, n. 6009, 2010.

REDE NOSSA SÃO PAULO. *Mapa da Desigualdade 2020*. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Mapa-da-Desigualdade-2020-TABELAS.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

ROLNIK, Raquel; KOWARICK, Lúcio; SOMEKH, Nadie. *São Paulo: crise e mudança*. São Paulo: Sempla/Brasiliense, 1990.

SOARES, Marcelo. Mortes entre caixas, frentistas e motoristas de ônibus aumentaram 60% no Brasil no auge da pandemia. *El País*, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-05/caixas-frentistas-e-motoristas-de-onibus-registram-60-a-mais-de-mortes-no-brasil-em-meio-ao-auge-da-pandemia.html>. Acesso em: 27 set 2021.

OSORIO, Jaime. Biopoder y biocapital: el trabajador moderno como *homo sacer*. *Argumentos*, v. 19, n. 52, p. 77-98, 2006.